

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA

Tayronne de Almeida Rodrigues
João Leandro Neto
Dennyura Oliveira Galvão
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2019

Henrique Ajuz Holzmann

(Organizador)

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia [recurso eletrônico] / Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-321-7

DOI 10.22533/at.ed.217191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE CONTEMPORÂNEA AMBIENTAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO	
João Leandro Neto	
Tayronne de Almeida Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2171916041	
CAPÍTULO 2	15
A IMPORTÂNCIA DO EMPODERAMENTO DA MULHER CAMPONESA NA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL	
Jéssica Puhl Croda	
Djoney Procknow	
Samara Lazarotto	
Denise Gazzana	
Oscar Agustin Torres Figueredo	
DOI 10.22533/at.ed.2171916042	
CAPÍTULO 3	21
A SUSTENTABILIDADE DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: A PERSPECTIVA DO ESTADO E O CONTRA-ARGUMENTO	
Fernando Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.2171916043	
CAPÍTULO 4	30
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MATERIAIS SUSTENTÁVEIS EM CONSTRUÇÕES DE IES PÚBLICAS	
Stephane Louise Boca Santa	
Rozineide Aparecida Antunes Boca Santa	
Elisete Dahmer Pfitscher	
Humberto Gracher Riella	
DOI 10.22533/at.ed.2171916044	
CAPÍTULO 5	38
AGROFLORESTA E SEUS BENEFÍCIOS SALIENTANDO AS VANTAGENS AMBIENTAIS	
Alisson Luis Soares Teixeira	
Ana Beatriz Barros Maia Gonçalves	
Glaucilaine Barbosa Campaneruti	
Larissa Pereira Caldas de Oliveira	
Viviane Pereira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2171916045	
CAPÍTULO 6	52
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO, NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	
Flaviana Cavalcanti da Silva	
Antônio Lázaro Sant'Ana	
Ana Heloisa Maia	
DOI 10.22533/at.ed.2171916046	

CAPÍTULO 7	65
AS CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTAIS	
Ana Christina Konrad Luciana Turatti Margarita Rosa Gaviria Mejía	
DOI 10.22533/at.ed.2171916047	
CAPÍTULO 8	80
BIOÉTICA, BIODIREITO E BIODIVERSIDADE: COMBATE À BIOPIRATARIA	
Ana Carolina de Carvalho Siqueira Rodrigo Dias Paes Magalhães Vanessa Iacomini	
DOI 10.22533/at.ed.2171916048	
CAPÍTULO 9	84
CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES DA FEIRA AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA DO CIRCUITO DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA REGIÃO DO BAIXO MUNIM, MA	
Ariadne Enes Rocha Giovanna Lemos Medeiros Fabio Pierre Fontenele Pacheco Caroline Sena Cidvânia Andrade de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2171916049	
CAPÍTULO 10	100
COOPERATIVISMO: AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO	
Adriano Dias de Carvalho Rumeninng Abrantes dos Santos Nadia Kassouf Pizzinatto Antonio Carlos Giuliani	
DOI 10.22533/at.ed.21719160410	
CAPÍTULO 11	114
DESAFIO DO GESTOR PÚBLICO EM IMPLANTAR UMA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COPARTICIPATIVA QUE CONTRIBUA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Marcilene Feitosa Araújo Laize Almeida de Oliveira Gabriel Moraes de Outeiro	
DOI 10.22533/at.ed.21719160411	
CAPÍTULO 12	136
CONCRETO COM INCORPORAÇÃO DE RESÍDUO DE PET	
Lucas Henrique Lozano Dourado de Matos Letícia Martelo Pagoto Mariana Barbosa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.21719160412	

CAPÍTULO 13	149
DESCRIÇÃO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO EM TERRITÓRIO RURAL NO ÂMBITO DO PROJETO PRÓ SEMIÁRIDO	
Victor Leonam Aguiar Moraes Emanoel Freitas Amarante José Carlos dos Santos Neri Lizianne de Castro Santos Sergio Luís Amim Carlos Henrique de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.21719160413	
CAPÍTULO 14	155
DOS EXPERIENCIAS PARA FOMENTAR LA RESPONSABILIDAD HACIA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA ENTRE ESTUDIANTES DE JALISCO, MÉXICO	
Nury Galindo Marquina	
DOI 10.22533/at.ed.21719160414	
CAPÍTULO 15	161
ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS	
Luciana Sanches Ferreira João Adalberto Campato Junior	
DOI 10.22533/at.ed.21719160415	
CAPÍTULO 16	169
E-COMMERCE: LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS FERRAMENTAS UTILIZADAS	
Ricardo Brandão da Paixão Ricardo Scherrer Tomé Fabio Ytoshi Shibao Mario Roberto dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21719160416	
CAPÍTULO 17	183
ENSAIO POLÍTICO: A POLIDEZ CLIMÁTICA ATRAVÉS DAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES	
Ana Cândida Ferreira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.21719160417	
CAPÍTULO 18	196
ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS: SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DO BEM-ESTAR FAMILIAR	
Phelipe Silva de Araujo Ariadne Enes Rocha Erik George Santos Vieira Jorge Luiz de Oliveira Fortes Suzzy Ferreira do Nascimento Asafe Mardes de Castro Silva	

DOI 10.22533/at.ed.21719160418

CAPÍTULO 19 212

ESTUDO ETNOBOTÂNICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Evilma Nunes de Araújo Santos
Paulyanne Karlla Araújo Magalhães
Mauricio dos Santos Correia

DOI 10.22533/at.ed.21719160419

CAPÍTULO 20 219

EDUCANDO Á TODOS AO MESMO TEMPO, COLETA DE ÓLEO: UM ESTUDO DE CASO

Yasmin Rodrigues Gomes
Lilian Gama
Tarik Plestch

DOI 10.22533/at.ed.21719160420

CAPÍTULO 21 227

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ALEGRE-ES

Ingrid Gabriella da Hora Carriço
Mariane Pereira dos Santos Souza
Sâmia D'angelo Alcuri Gobbo

DOI 10.22533/at.ed.21719160421

CAPÍTULO 22 237

GÊNERO, AGROECOLOGIA E ENTIDADES LOCAIS: PARTICIPAÇÃO E AÇÕES NO TERRITÓRIO DO SISAL

Edeilson Brito de Souza
Elisabeth dos Santos Teixeira
Glauciane Pereira dos Santos
Josenilda dos Santos Anunciação
Maíra dos Santos Pinheiro
Maria Auxiliadora dos Santos Freitas

DOI 10.22533/at.ed.21719160422

CAPÍTULO 23 243

GESTÃO AMBIENTAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS RELEVANTES PARA A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU, NO RIO GRANDE DO NORTE

Marcos Antônio de Oliveira
Erivaldo Moreira Barbosa
Maria de Fátima Nóbrega Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.21719160423

CAPÍTULO 24 260

GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT

Anna Luiza Ferrari Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.21719160424

CAPÍTULO 25271

GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGESTÃO

Nilda dos Santos

Gleimiria Batista da Costa

DOI 10.22533/at.ed.21719160425

CAPÍTULO 26284

HORTA AGROECOLÓGICA COMO ESPAÇO DIDÁTICO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Angélica Margarete Magalhães

Samuel Neves Neto

Mariana Justino Masugossa

Victor Oziel Meier Elias

Antonio Augusto Alves Pereira

DOI 10.22533/at.ed.21719160426

CAPÍTULO 27291

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS RURAIS

Ana Rafaela Veloso Pereira

Ariadne Enes Rocha

Marcus Vinicius Nascimento Fontes

Jamires Avelino da Silva

Samara Regina Bezerra

Karlene Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.21719160427

CAPÍTULO 28308

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA TENTATIVA DA REDUÇÃO DE RESÍDUOS ATRAVÉS DA RECICLAGEM DE ÓLEO DE COZINHA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI - MG

Laísa Santos Magalhães

Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima

Diego Germini Villardi

Hélvio de Avelar Teixeira

Angélica Cristiny Ezequiel de Avelar Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.21719160428

CAPÍTULO 29320

TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS NO AMPARO DE COMUNIDADES ATINGIDAS POR DESASTRES AMBIENTAIS

Jady Rafaela Caitano dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.21719160429

CAPÍTULO 30325

TOCOS DIDÁTICOS: SENSIBILIZANDO CIDADÃOS PARA UMA ARBORIZAÇÃO URBANA MAIS SADIA

João Augusto Bagatini

Marco Aurélio Locateli Verdade

Tatiani Roland Szelest

DOI 10.22533/at.ed.21719160430

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 342

ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Luciana Sanches Ferreira
João Adalberto Campato Junior

RESUMO: O turismo desenvolve-se de acordo com as mudanças sociais e das necessidades das pessoas. O ecoturismo ou turismo ecológico é a modalidade de turismo que diz respeito ao turismo e à relação que ele mantém com o ambiente natural de determinados sítios, sobretudo, para promover a sustentabilidade. Para que seja possível o desenvolvimento do Ecoturismo, é preciso que todos – desde os governantes até as populações locais - estejam envolvidos seriamente com essa atividade. Assim, pretende-se aqui refletir sobre o turismo ambiental e o seu desenvolvimento nos municípios. Especificamente, objetiva-se demonstrar que, por meio da educação ambiental, a questão do turismo sustentável pode se transformar num meio de desenvolvimento econômico e social. Será demonstrado, igualmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, que a própria legislação do país já demonstra que a educação é o cerne para uma sociedade organizada e desenvolvida e que o turismo sustentável contribui de forma local para os municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo ambiental. Meio Ambiente. Educação Ambiental.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O turismo, no fundamental, tem por finalidade deslocar as pessoas de um local para o outro com o objetivo precípua de proporcionar-lhes, tanto quanto possível e por período de tempo não muito extenso, oportunidades de conhecimentos de culturas diferentes, de estudos, de lazer, de saúde, de negócios, de contato com a natureza, de experiências religiosas ou místicas, entre outras situações possíveis.

Decorrem daí as diversas denominações que o fenômeno turístico vem recebendo ao longo do tempo, tais como: turismo de estudos, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo gastronômico, entre outros.

No que toca ao turismo ambiental ou ecoturismo, entram em jogo as relações entre o meio ambiente e o turismo, em cujo cerne reside a preocupação com o turismo sustentável. No ecoturismo, há uma preferência bastante clara em visitar locais ainda pouco alterados pela intervenção humana, com a finalidade de entrar em contato com a flora, a fauna, os cursos de água, o relevo, entre outras atrações.

Os fatos demonstram a importância cada vez mais acentuada do turismo e o avanço que ocorreu nessa área, tendo em vista a mudança

na economia e na busca das pessoas pelo prazer de fugir das rotinas relacionadas a modalidades de trabalho que exercem, buscando a satisfação pessoal e o bem-estar físico e espiritual.

É natural que o turismo tenha avançado, igualmente, em direção a localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos e das regiões litorâneas, chegando a áreas até então intocadas pelos seres humanos. Nesse sentido, há necessidade crescente e óbvia de preservação dos locais em que estão sendo expostos os recursos naturais, tornando-se necessário, da mesma forma, um equilíbrio entre a economia, a ética e o meio ambiente; ou seja, há necessidade de que o desenvolvimento do turismo seja sustentável.

Com vistas a que se verifique, efetivamente, a mencionada preservação, faz-se premente, além da conscientização dos turistas, o esclarecimento da população local dos sítios turísticos para - após captar os turistas para um ambiente de preservação ambiental – agir a fim de que o espaço seja preservado dos impactos ambientais e prossiga sendo o local em que boa parte da população nativa retira, por exemplo, seu sustento diário. Em outros termos e em que pesem as dificuldades, há que coexistir exploração turística racional e meio ambiente preservado, o que é o núcleo da sustentabilidade.

Para que tal meta possa ser atingida, é absolutamente necessário que a gestão pública seja atuante e estratégica, agindo em harmonia integrada com a participação popular, estabelecendo-se planos sistemáticos para o desenvolvimento sustentável do município turísticos ou com potencial turístico.

Realizadas tais observações preliminares, cumpre afirmar que o presente texto constitui parcela integrante de um projeto de contornos mais amplos, que pretende examinar o ecoturismo na cidade de Ilha Solteira, localizada no interior do Estado de São Paulo.

No texto ora dado à luz, empregamos a pesquisa bibliográfica e documental a fim de demonstrar que os municípios com potencial turístico – ostensivo ou nem tanto - têm capacidade de chegar a um desenvolvimento real, utilizando-se da Lei e do turismo ecológico para benefício da população e da economia. Paralelamente, é nosso objetivo demonstrar, igualmente, a evolução histórica do turismo como fator de desenvolvimento social e como o ecoturismo aplicado à educação ambiental pode atuar na conscientização de que a sociedade precisa do meio ambiente das mais diferentes maneiras.

Em formulação mais precisa, o presente estudo guarda por objetivo geral analisar o turismo, especificamente o turismo ambiental, como fator de desenvolvimento dos municípios, buscando alternativas que contribuam para o desenvolvimento econômico e sustentável das cidades. Relativamente aos objetivos específicos, este capítulo intenta descrever, ainda que sumariamente, as legislações que tratam do turismo bem como do ecoturismo, identificando as estratégias para o desenvolvimento do turismo nos municípios.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho envolveu o delineamento bibliográfico e documental, com leituras de livros e artigos já publicados, e consulta a legislações vigentes.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Cumprе salientar que não é de hoje que as pessoas se agrupam para a finalidade de turismo. Em realidade, tal prática remonta ao século VIII A.C, possuindo muitas diferenças da que é praticada nos dias de hoje. Inicialmente, para os jogos olímpicos; e, em seguida, para fins de comércio e descobertas, realizadas por pequena parcela da população. (CASTELLI, 1986, p.17). Nesse quadro de buscar os antecedentes remotos da atividade turística, é possível dizer que, em certo sentido, ela esteve presente no Antigo Egito, no Império Grego e no Romano.

Para que se viabilizassem as viagens no século II AC, foram construídas estradas para a facilitação dos deslocamentos, que somente foram efetivados no século II depois de Cristo. (Castelli 1986, p.17).

No século XV, iniciaram-se as novas buscas com as viagens oceânicas. Ainda segundo Castelli (1986, p.17), por volta do século XVII, apareceram algumas publicações com o objetivo de orientar os “turistas”. Uma destas publicações é *Of Travel*, escrita por Francis Bacon e que fornece uma série de definições, listas de atrações e conselhos, como, por exemplo, a necessidade de o “turista” aprender o idioma do país a ser visitado. Em certa medida, foi esse o primeiro guia para turismo.

Já no século VIII, John Palmer introduziu a diligência para o transporte de correspondências, e, juntamente com as cartas, começaram a transportar, também, os passageiros. Essa época foi marcada pelo prazer do descanso e pelo chamado turismo romântico, em que as pessoas eram motivadas a viajar para encontrar a natureza, as montanhas, os mares. (CASTELLI, 1986, p.17). Nota-se, assim, o nascimento do Ecoturismo.

No século XIX, após a Revolução Industrial, principiaram as primeiras viagens organizadas com a intervenção de um agente de viagens, que deram início ao turismo moderno propriamente dito. As viagens internacionais utilizavam-se dos navios, e as nacionais dos trens, que se intensificaram na Inglaterra, em 1830 pela Ferrovia Liverpool-Manchester”. (CASTELLI, 1986). É preciso deixar assente que o turismo que antes era um privilégio de pequena parte da população passa a ser acessível a todos.

No século XX, o surgimento de grandes conglomerados urbanos levou as populações a buscar, durante as férias escolares e do trabalho, os feriados e os finais de semana, as regiões de belezas naturais, longe das cidades (CASTELLI, 1986). Isso, hoje, em pleno século XXI, é realizado por boa parte da população, que busca, além do descanso, o prazer das paisagens naturais.

O ECOTURISMO E O TURISMO SUSTENTÁVEL

Explanando agora em detalhes conceitos que até então foram apenas citados rapidamente, é cabível declarar que turismo é o fenômeno social que consiste no deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos que, por uma complexidade de fatores que envolvem a motivação humana, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exerçam atividade lucrativas ou remuneradas, gerando múltiplas inter-relações de importância cultural, socioeconômicas e ecológica entre os núcleos emissores e receptores (MOTA, 2011, p. 33).

Como se depreende facilmente desses comentários, a atividade turística pode ser compreendida como uma atividade complexa, que se originou pela necessidade de deslocamento das populações dentro do espaço físico mundial.

No juízo de Dencker (1998, p.28), o estudo do turismo é um trabalho recente, de natureza multidisciplinar e interdisciplinar, haja vista que está inserido num ambiente sujeito a influências de diferentes paradigmas.

O turismo é desenvolvido conforme as necessidades da sociedade; portanto, está conectado com as ciências sociais, como antropologia, sociologia e psicologia, que instigam as pessoas a repensarem o seu dia a dia para busca das suas satisfações e necessidades. O turismo, semelhantemente, é objeto de atenção da Economia, Administração, Gestão Empresarial e Direito para o desenvolvimento das áreas a serem preservadas e visitadas, gerando renda e empregos para as localidades.

Nessa mesma linha, o turismo se revela importante para o desenvolvimento escolar, podendo ser trabalhado de forma interdisciplinar pelas disciplinas de Geografia, Ecologia, Educação e Tecnologia. Ademais, é útil para a compreensão do que é o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos recursos naturais para a garantia das futuras gerações.

O Ecoturismo, em poucas palavras, pode ser entendido como o estudo das interações do turismo com o meio ambiente. Trata-se, com efeito, de um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010)

No ecoturismo, as pessoas se associam com o fim ambiental, isto é, para a realização de visitas às áreas naturais e discussões sobre temas ambientais, buscando o conhecimento, a preservação e conservação do ecossistema. O ecoturismo, em essência, aborda o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental, a responsabilidade social entre outros para que o turismo não prejudique o meio ambiente, visando a interação do turismo com a natureza.

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Dadas a importância do ecoturismo e a responsabilidade de preservar de todos, cabe declarar que compete ao município estabelecer estratégias para o desenvolvimento da economia por meio do turismo ambiental. Para isso, deve utilizar a educação ambiental da população local, como agente disseminador de conhecimento e marketing da sua região.

A legislação da Política Nacional de Educação Ambiental (lei 9.795/99) prevê, como base formadora, a educação ambiental em seu artigo 1º

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nota-se, portanto, que aborda em sua literatura o desenvolvimento ambiental, em que preconiza a situação de construção de valores e saberes para a proteção do meio ambiente.

A legislação da Política Nacional Ambiental é uma norma que tem abrangência no plano nacional, ou seja, atinge diretamente a toda a sociedade brasileira; portanto, os municípios que possuem território com qualidade ambiental têm potencial para aplicar a educação ambiental, de modo articulado na sua população, em especial ao nível educacional, em todos os níveis e séries no processo educativo formal ou não formal.

Ressalta-se que os princípios relacionados a esta norma estão voltados para a formação da pessoa com enfoque humano, democrático, participativo, respeitando o pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas na perspectiva, da inter, multi e transdisciplinaridade, com abordagens de temas locais, regionais, nacionais e globais, incluindo toda a sustentabilidade.

A sustentabilidade busca a garantia da prática da cidadania, da cooperação entre os povos com a participação individual e coletiva na preservação e o desenvolvimento da consciência crítica e a democratização das informações ambientais, além do desenvolvimento econômico, todos interligados com a ética.

Isso considerado, o município pode se desenvolver com a exploração de recursos naturais para fins de ecoturismo, por meio de uma gestão participativa da sociedade, qualificando os moradores para uma visão dos problemas ambientais locais e para que demonstrem para os turistas o quão agradável é a sua cidade, fazendo com que aquela pessoa retorne à cidade, trazendo consigo, por sua vez, mais turistas, movimentando a economia interna do município.

Mas, para que isso aconteça de forma concreta, são necessárias estratégias de conscientização e o despertar de uma cultura ecológica. Neste sentido, a lei 9.795/99, em seu artigo 9º, preceitua alguns métodos para serem iniciados dentro do ambiente escolar:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2018)

Portanto, tal consciência ecológica pode ser inserida no currículo das instituições de ensino público e privado; porém, limita a sua aplicação aos casos em que estão presentes os requisitos do artigo 10 e seus incisos da referida lei, que prevê que, não devendo ser implantada como disciplina específica, é permitido somente nos casos de pós-graduação, extensão e a áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, incluindo para a área de formação e especialização do Técnico Profissional no seu currículo a inserção da ética ambiental.

Para a área de educação não formal, o poder público em todas as suas áreas de atuação na esfera Federal, Estadual e Municipal desenvolverá ações e atividades que visam à sensibilização da sociedade em relação aos problemas ambientais e à participação de cada um na defesa do meio ambiente. Entre estas ações, está o desenvolvimento local da preservação do meio na qual está inserido e a exploração financeira por meio do Ecoturismo.

Constata-se, portanto, que a educação ambiental e o ecoturismo estão totalmente interligados, tendo em vista que a educação ambiental visa desenvolver os conhecimentos, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com as questões/problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis; portanto, a educação ambiental está em transformar um ser humano em uma pessoa com ética ambiental. (DIAS, 2010)

A Educação Ambiental contribui para a formação de saberes ecológicos, como bem retrata DIAS (2010):

A Educação Ambiental pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação, para adquirir valores e atitudes, indispensáveis para resolver os problemas ambientais com soluções sustentáveis.

Leff (2006), por seu turno, afirma que a educação ambiental ainda está muito longe trazer novas visões de mundo ao sistema educativo; no entanto, com um trabalho contínuo, é possível garantir o futuro das gerações.

Como quer que seja, a política educacional está em fase de mudança para aplicação da educação ambiental nas escolas em todos os níveis de modo que inclua em todas as disciplinas discussões e temas de mudanças sociais e ambientais.

Segundo Barbieri (1997), a Agenda 21 firmou os seguintes padrões:

O capítulo 36 da Agenda 21 fala na promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, pregando a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento, o aumento da conscientização pública e a promoção de treinamento da mão-de-obra qualificada a gerenciar o meio ambiente. Questão da fauna e da flora facilmente sensibiliza a população, principalmente crianças e jovens. Mudanças de comportamento exigem tempo, discurso de proteção à fauna e flora já está incorporada a cultura a população brasileira, mas as ações ainda deixam muito a desejar e problemas sociais precisam ser resolvidos para garantir sucesso às campanhas de educação ambiental.

Outras formas são o buraco no ozônio, a chuva ácida na Europa, a degradação na Amazônia. Ignorar hoje um sistema é comprometer os outros.

POLITICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Todas as pessoas têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preconiza a Constituição Federal em seu artigo 225

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL,2018)

Ao estabelecer a responsabilidade para todos, incluem-se as pessoas físicas e jurídicas, ou seja, as empresas privadas e públicas, como, no caso, os municípios, atribuindo responsabilidades para a conservação e preservação do meio ambiente.

Após serem atribuídas as responsabilidades ambientais, vieram novas legislações para discutir e demonstrar como desenvolver medidas e políticas públicas com o objetivo preservacionistas.

Em seus artigos, a lei maior do país assegura que todos merecem um local equilibrado e que todos podem e devem colaborar para a o bem-estar social. A referida lei ainda atribui a competência para legislar aos municípios. As atribuições de proteção ambiental são extensivas a todos os entes da federação. Preceitua o artigo

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Assim sendo, verifica-se que o Município tem competência para legislar sobre o meio ambiente. Porém, como órgão inferior à União, tem atribuições restritas e não conflitantes com os órgãos superiores.

Para a garantia da qualidade do meio ambiente, cabe à Administração Pública local pensar globalmente e agir localmente de acordo com os recursos que possui para a Educação Ambiental. O mesmo se aplica para questões relativas ao turismo ambiental. O equilíbrio está relacionado ao planejamento ambiental dos recursos naturais. De acordo com o Lombardo e Casella (2000, p. 91), “planejar é escolher os

melhores meios para se obter determinados objetivos”.

CONCLUSÃO

Em vista do que acima ficou exposto, conclui-se que o ecoturismo e a sustentabilidade dependem da sociedade, da formação do ser humano de forma ética em todas as suas decisões e campos de atuação. Dependem, para além disso, de uma legislação adequada e moderna.

A Educação ambiental soma-se com o turismo ambiental visando à mudança dos conceitos preestabelecidos na sociedade de que os recursos são infinitos, despertando aos visitantes e turistas de um ambiente preservado a consciência e a cultura de que, se não causarem prejuízos, haverá atrações naturais para as presentes e futuras gerações.

Assim, a educação ambiental de que se vem tratando constitui, sem espaço para a menor dúvida, uma estratégia importante, também, para assegurar o bom funcionamento do turismo ambiental ou ecoturismo em municípios que dele se valem como meio de renda principal ou secundário.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

BARBIERI, José C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias da Agenda 21.** 4 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997. UNEP, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: princípios e práticas.** Editora Gaia, 9ª Edição, 2010

GAETE, Constanza Martínez. "**Os padrões ambientais, econômicos e demográficos de crescimento urbano no mundo**" [Los patrones ambientales, económicos y demográficos de crecimiento urbano en el mundo] 24 Jan 2016. ArchDaily Brasil. (Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel) Acessado 18 Mar 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/780545/os-padroes-ambientais-economicos-e-demograficos-de-crecimento-urbano-no-mundo>> ISSN 0719-8906

LEFF, Enrique. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MACNEILL, J.; WINSEMIUS, P.; YAKUSHIJI, T. **Para além da interdependência: A relação entre a economia mundial e a ecologia da Terra.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1992.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SOBRE OS ORGANIZADORES

TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail. com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>

JOÃO LEANDRO NETO Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

DENNYURA OLIVEIRA GALVÃO Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-321-7

